



PODER

Congresso prepara ofensiva sobre Master

No retorno aos trabalhos, a partir da semana que vem, Legislativo terá, entre os principais temas, o escândalo do banco. Parlamentares querem convocar mulher de Moraes e até convidar Toffoli a prestar esclarecimentos. Há, também, requerimentos de instalação de CPIs

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Com a volta dos trabalhos legislativos, a partir de segunda-feira, o Congresso também vai se debruçar sobre o escândalo do Banco Master, que tem mobilizado Polícia Federal e Supremo Tribunal Federal (STF) na investigação sobre fraudes na instituição financeira liquidada, em novembro passado, pelo Banco Central.

Uma das linhas de ação parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que espera tomar o depoimento, na quinta-feira, do dono do Master, Daniel Vorcara, além do presidente da autarquia, Gilberto Waller Júnior, e do empresário Maurício Camisotti, do grupo Total Health. O colegiado pretende esclarecimentos sobre os 250 mil contratos de empréstimos consignados que Master tinha em carteira e que foram suspensos pelo INSS por falta de comprovação de que foram autorizados pelos beneficiários.

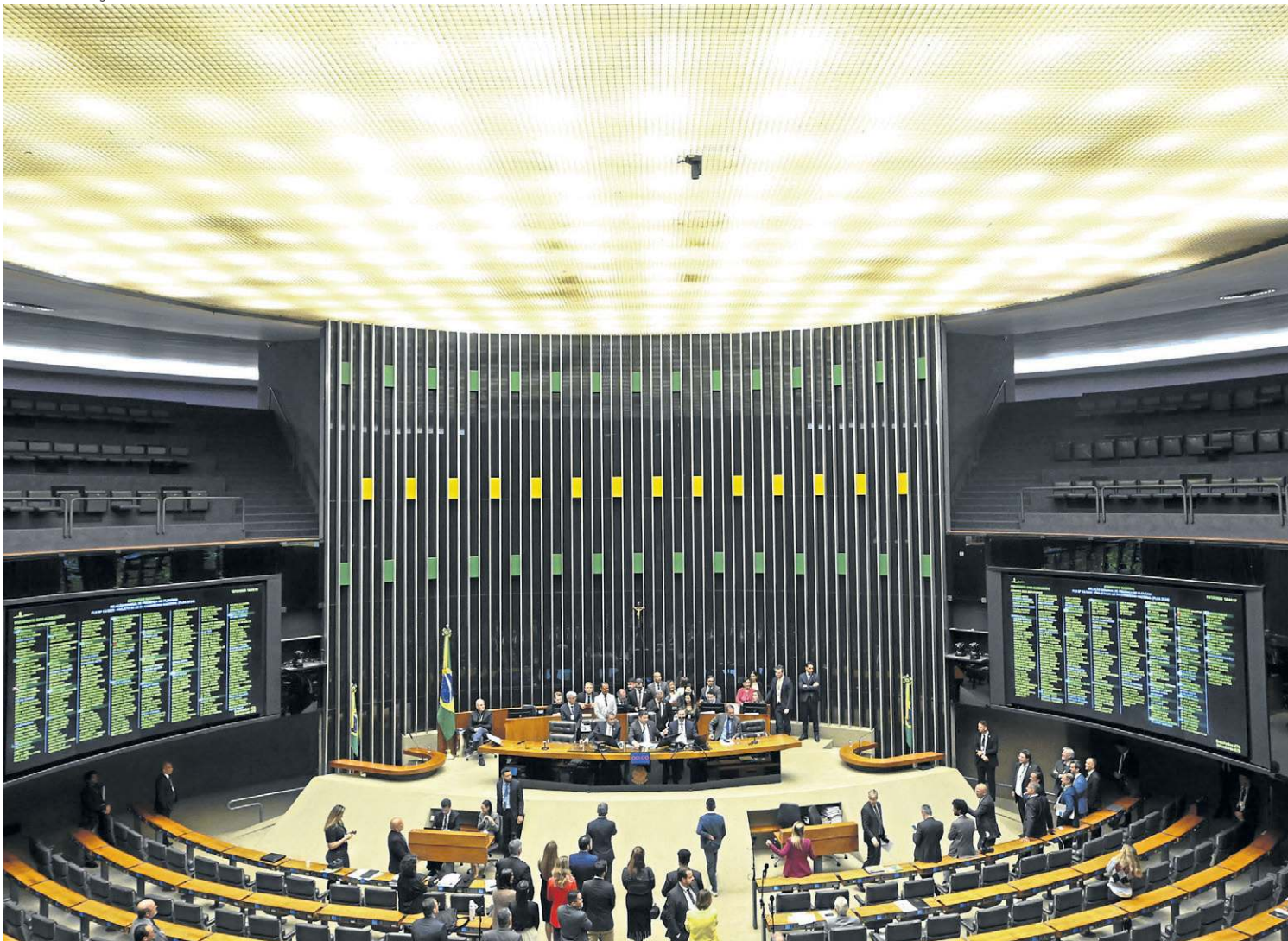
Ao **Correio**, o senador afirmou que a iniciativa tem caráter institucional e técnico. Segundo ele, a CPMI atua de forma objetiva, com foco nos prejuízos causados a aposentados e pensionistas, e busca esclarecer como as operações financeiras investigadas foram estruturadas, quais controles existiam e onde ocorreram falhas.

Moraes

Em outra frente, o senador Izalci Lucas (PL-DF) defendeu a convocação da advogada Viviane Barci de Moraes — casada com ministro Alexandre de Moraes, do STF, — pela CPI do Crime Organizado, no Senado. Segundo o parlamentar, é necessária uma “explicação clara e urgente” sobre o suposto contrato de R\$ 129 milhões firmado entre o Master e o escritório de Viviane.

Izalci Lucas também pontuou que decisões recentes do STF, especialmente envolvendo Moraes e Toffoli, indicariam uma tentativa de blindagem. “Parece haver um esforço para impedir que a verdade venha à tona, especialmente quando o assunto é o Banco Master e suas conexões”, frisou.

Carlos Moura/Agência Senado



Parlamentares já se mobilizam para protocolar requerimentos em CPIs, em andamento na Casa, que miram envolvidos no caso

O parlamentar também defendeu que a discussão sobre o Banco Master seja centralizada em uma única comissão, pois o debate em vários locais pode dispersar e favorecer quem tenta ocultar informações. “Quando o debate é espalhado, autoridades usam uma comissão para se justificar na outra, e o foco se perde”, argumentou.

Os senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Magno Malta (PL-ES) protocolaram, na quinta-feira, uma série de requerimentos no âmbito da CPI do Crime Organizado. Entre eles, está o pedido de quebra dos sigilos bancário e fiscal de Viviane.

A iniciativa de Girão também inclui pedido para que Toffoli seja convidado a comparecer à comissão. Já Magno Malta apresentou requerimento para a convocação de

Mario Umberto Degani, primo de Toffoli e ex-sócio do **Resort** Tayayá, cujas relações com o Banco Master estão sob investigação.

Provocação política

Já o deputado Rogério Correia (PT-MG) criticou a tentativa da oposição de convocar familiares de magistrados ao Congresso, classificando a iniciativa como uma provocação política do bolsonarismo. Na avaliação dele, esse tipo de movimento busca enfraquecer o Judiciário.

“Eu não vi nenhum requerimento formal, mas isso é mais uma provocação do bolsonarismo, uma ideologia que tenta enfraquecer o Supremo com esse ‘lero-lero’ de sempre”, afirmou ele ao **Correio**.

Parlamentares ainda

Irmãos de Toffoli

Segundo reportagem do Estadão, Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcara, comprou a participação dos irmãos do ministro em um resort no Paraná. A sede da empresa fica no endereço residencial de um dos irmãos de Toffoli e a cunhada do ministro disse à reportagem que o marido nunca foi dono de resort. Antes, Toffoli já sofria críticas por ter viajado em um jatinho particular com o advogado do Master, Augusto Arruda Botelho, para assistir à final da Libertadores em Lima, no Peru.

defendem comissões parlamentares específicas para o Master. Na Câmara, há requerimento para a instalação do colegiado, protocolado pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), com 193 assinaturas. No Senado, Girão sustenta já ter a adesão necessária, de 27 signatários, para a instauração.

Há também requerimentos

de CPIs protocolados pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ) e pelas deputadas Fernanda Melchionna (PSol-RS) e Heloísa Helena (Rede-RJ). Já o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) informou, em entrevista ao **Correio**, ter assinaturas suficientes para a instauração de uma comissão com a participação de deputados e senadores.

Brincadeira com agente

Apesar da formalidade e do clima sério da sala de audiências do Supremo Tribunal Federal (STF), o banqueiro Daniel Vorcara, dono do Banco Master, chegou a fazer uma brincadeira durante seu depoimento à Polícia Federal prestado no dia 30 de dezembro.

Dirigindo-se a um investigador da corporação que acompanhou o depoimento, Vorcara disse que ele estava tentando “pegá-lo” desde 2019.

A brincadeira foi feita quando ele pedia aos investigadores para lhe dar o “benefício da dúvida” na análise do caso e dizia que não deu prejuízo financeiro a ninguém na operação de venda do Master para o Banco de Brasília (BRB).

“Peço a grandeza aos senhores, com toda pressão de mídia, para tentar olhar e imaginar esse negócio com outro prisma. Até mesmo a doutora, o Ministério Público, o Wilker, que pelo que eu entendi tá desde 2019 tentando me pegar de alguma forma... (risos)”, afirmou.

Retomando seu raciocínio, ele disse ainda: “Eu gostaria que existisse o benefício da dúvida na cabeça dos senhores e, se existir, a gente realmente não precisava estar aqui. E realmente não existe ninguém que foi prejudicado”.

O banqueiro também respondeu a uma pergunta do seu advogado sobre se tinha intenção de fugir do país — ele foi preso pela PF quando embarcava no Aeroporto de Guarulhos (SP) para o exterior.

“De maneira nenhuma. Não é do meu perfil. Primeiro, que não seria o momento, nem a forma, e não é do meu perfil. Eu encaro meus problemas”, enfatizou o banqueiro.

Ontem, o Banco Central informou que o atual liquidante do conglomerado Banco Master, Eduardo Félix Bianchini, será substituído temporariamente em razão de tratamento de saúde. Entre 31 de janeiro e 15 de fevereiro, as funções de liquidante serão assumidas pela empresa Sebastião Marcio Monteiro, pertencente ao responsável técnico de mesmo nome.

Ministro do TCU relatará processo de carteiras do banco

Já responsável pela investigação sobre uma suposta “precipitação” do Banco Central na liquidação do Banco Master, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus vai cuidar de outro processo sobre o caso. Na segunda-feira, ele se tornou relator de uma representação que pede à corte de contas para apurar a venda de carteiras de crédito falsas do Master para o Banco de Brasília (BRB), além da conduta do diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton Aquino.

No fim do ano passado, Jesus chegou a sinalizar a possibilidade de impor medidas cautelares contra o BC no caso do Master. Ele determinou a realização de uma inspeção na autoridade monetária “com máxima urgência”, no início deste mês, mas acabou voltando atrás. Após uma reunião entre o ministro, o presidente do TCU, Vital do Rêgo, e o presidente do BC, Gabriel Galípolo, ficou

acertado que os técnicos da corte de contas fariam uma “diligência” no regulador, sem acesso a informações sigilosas.

Autor da representação, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) Lucas Rocha Furtado pede uma apuração da conduta de Aquino e de “outros agentes públicos eventualmente envolvidos”.

O texto cita matéria da colunista Malu Gaspar, de O Globo, segundo a qual o diretor do BC teria pedido ao então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, que a instituição do DF comprasse carteiras do Master. Costa, por sua vez, teria apresentado mensagens com o pedido ao conselho de administração do banco.

Na sexta-feira da semana passada, mesmo dia da publicação, o BC divulgou uma nota negando que Aquino tenha recomendado a compra de carteiras fraudadas. O diretor colocou suas informações

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



No fim de 2025, Jesus chegou a ensaiar medidas cautelares contra BC

bancárias e fiscais, além dos registros das conversas com o então presidente do BRB, à disposição das autoridades.

Nesse mesmo dia, dois conselheiros do BRB também negaram

as informações veiculadas, por meio de uma carta voltada para distribuição interna no banco.

A representação do MPTCU, ainda do dia 23, pede que se investigue a regularidade das operações

de aquisição de carteiras de crédito do Master pelo BRB, além da identificação dos responsáveis pelos prejuízos causados ao banco público. O próprio BC denunciou ao Ministério Público Federal (MPF) que o Master vendeu R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito falsas ao BRB, o que se tornou a base da primeira fase da operação Compliance Zero.

Medida técnica

Em depoimento à Polícia Federal, Aquino assegurou que o processo de supervisão do Banco Master seguiu os procedimentos técnicos regulares do Banco Central, sem desvios ou interferências externas. Ele também negou que a autoridade monetária tenha adotado qualquer medida preventiva ou restrição regulatória contra o BRB com o objetivo de impedir a compra de ativos do Master.

Aquino esclareceu que a

restrição imposta ao BRB, que proibiu temporariamente o banco de adquirir novas carteiras de crédito, não teve relação com a operação envolvendo o Master.

Ele também afirmou que não sofreu qualquer tipo de pressão política para decidir sobre a liquidação. Segundo ressaltou, nenhuma autoridade da República tentou influenciar a atuação da autarquia no caso. “Que eu tenha conhecimento, como diretor de Fiscalização, eu não conheço, não recebi nenhuma pressão de liquidar ou não liquidar de autoridades da República, não tenho conhecimento”, declarou, ao ser questionado, durante a oitiva, sobre uma eventual interferência política.

De acordo com o diretor, a cronologia dos fatos demonstra que a decisão do Banco Central foi independente de interesses políticos ou comerciais, e baseada exclusivamente em critérios técnicos de supervisão e gestão de riscos.